

O peso da dívida pública

HELIVAL RIOS

A meta de controle do déficit público prevista para este ano, que implicaria reduzi-lo de 6,2% do PIB (Produto Interno Bruto) para 3,5%, não vai ser alcançada, segundo estimativas feitas no Palácio do Planalto. Os responsáveis pelo não cumprimento da meta prevista para este ano serão os gastos realizados pelos estados e municípios, o serviço da dívida pública interna e da dívida externa de todo o setor público, e a desobediência das empresas estatais às determinações do governo central.

Levantamentos realizados no Palácio do Planalto indicam que, com muita sorte, o governo poderá conseguir a redução do déficit público para alguma coisa próxima a 5% até o final deste ano.

Com a elevação da inflação prevista para o mês de outubro e o crescimento das taxas de juros, o governo espera uma elevação significativa neste segundo semestre dos custos da dívida pública interna, que poderão atingir mais de 15% do total das receitas da União (de Cz\$ 1,56 trilhão) estimadas para este ano. As projeções feitas para este custo da dívida indicavam anteriormente alguma coisa em torno de 11,3% das receitas da União.

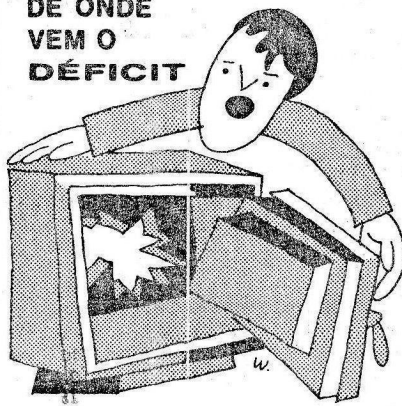
Já o custo da dívida externa deverá pesar em 4,5% do PIB (se incluídas as amortizações), de um déficit público estimado em 6,2% do PIB. Caso a meta de controle fosse atingida este ano, o custo da dívida iria representar 2,5% do PIB num déficit de 3,5% do PIB, segundo estimativas encaminhadas ao Palácio do Planalto pelo Ministério da Fazenda.

Para 1988, de um orçamento da

União fixado em Cz\$ 3,238 trilhões, estima-se que os encargos financeiros devam somar Cz\$ 931,05 bilhões ou seja, 28,7% do total. No caso das estatais, estes encargos são ainda mais pesados, representando mais de 40% das despesas previstas.

O governo reconhece que o peso dos encargos da dívida sobre os orçamentos da União, das estatais e dos estados detra uma margem de recursos muito pequena para ser aplicada na oferta de serviços ou

DE ONDE
VEM O
DÉFICIT



Amanhã: os gastos de
Estados e municípios

no desenvolvimento da produção, no caso das estatais. E o governo não tem conseguido segurar as pressões das estatais dos estados e dos municípios por aumento de gastos.

DIFICULDADES

Mas a própria União enfrenta grandes dificuldades financeiras em vista do comprometimento dos

seus recursos com as dívidas interna e externa, com a cobertura de déficit das empresas estatais, e com as transferências de recursos para os estados e municípios.

Somente os recursos do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios) tiveram nos últimos cinco anos uma elevação de 9,4% para 16,2% do total da receita da União. A cobertura de déficits das estatais compromete aproximadamente 30% dos recursos do governo central. Em 1988 esse comprometimento vai situar-se próximo de 40%.

Mas as coisas pioraram também do lado das receitas. A carga tributária líquida do País, que em 1970 chegou a atingir 17,4%, situa-se hoje em aproximadamente 10%. Para elevá-la, o governo está disposto a aumentar os impostos para alguns setores, notadamente para os ganhos de capital, sem esperar os resultados da Assembleia Nacional Constituinte.

O governo, segundo se diz no Palácio do Planalto, tem três caminhos para tentar reduzir o déficit público: comprimindo despesas correntes; adiando alguns investimentos; e elevando a carga tributária líquida.

Na compressão das despesas, o governo admite estar sendo derrotado até o momento pelas empresas estatais e Estados e Municípios, estes últimos, com uma dívida externa total de US\$ 10,5 bilhões.

Diante das evidências de que as metas de controle do déficit público não serão cumpridas, o presidente José Sarney determinou aos ministros que aperfeiçoem os mecanismos de controle de suas empresas.

(Brasília/Agência Estado)

19 SET 1987

ESTADO DE SÃO PAULO